

Notas sobre a reflexão sociológica da psicanálise

Antônio Augusto Gomes Batista

Este artigo apresenta notas de leitura sobre dimensões da reflexão sociológica da psicanálise. Três bases principais organizam o ponto de vista a partir do qual as redijo. Em primeiro lugar, são notas escritas em decorrência de uma aproximação inicial com a psicanálise (o que, com certeza, as torna excessivamente fragmentadas e lacunares). Em segundo lugar, são escritas em decorrência de uma natural necessidade de articulação entre, de um lado, essa área de investigação que para mim é nova (e os deslocamentos que o contato com ela promove) e, de outro lado, o campo de pesquisa com que tenho maior familiaridade – o das ciências sociais atentas à educação e às transmissões culturais. Em terceiro lugar, são redigidas a partir da experiência de um lugar social assinalado – o de um aluno do Curso de Psicanálise do Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais (ISPSM-MG) –, o que faz com que reflitam não apenas uma leitura de textos psicanalíticos dedicados à questão, mas também uma apropriação dos discursos que cercam esses textos no quadro das práticas de formação dessa instituição. Em síntese, as notas representam o primeiro impacto, em alguém que pratica a pesquisa em ciências sociais, da reflexão sociológica presente na psicanálise e em suas práticas de formação.

É importante ressaltar que esse ponto de vista promove a criação de condições de recepção ou de leitura distintas das condições que organizaram a produção dos textos psicanalíticos (e organizam as condições de produção dos discursos que os cercam numa instituição). A reflexão social da psicanálise decorre fundamentalmente dos problemas colocados pela clínica psicanalítica, por eles é orientada e é no interior deles encontra sua lógica. As notas expressam, assim, uma apropriação “bárbara”, “externa”, “não-iniciada” do discurso psicanalítico e sua comunicação só faz sentido porque testemunha tensões geradas nessa apropriação regida pelo conflito de diferentes ordens discursivas.

A necessidade da reflexão sociológica psicanalítica

Para Freud (1922/ 1996), “a psicologia individual (...) é, ao mesmo tempo, também psicologia social”, já que, “se é verdade que psicologia individual relaciona-se com o homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para seus impulsos instintuais”, não é possível deixar de lado as relações de um indivíduo com os outros, que estão sempre presentes em sua “vida mental (...) como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente” (p.81). Mais: a própria busca de satisfação pulsional de um indivíduo encontra suas direções nas coerções que uma sociedade impõe sobre cada um para constituir-se como coletividade (FREUD, 1928/ 1996). A estruturação psíquica e sua dinâmica resultam da progressiva internalização da coerção social, “pois um agente mental especial, o superego do homem, a assume e a inclui entre seus mandamentos” (FREUD, 1928/ 1996, p.21). O sofrimento psíquico e as formas pelas quais se manifesta (como nos sintomas neuróticos) são

a expressão da busca conciliação que cada indivíduo deve realizar entre a satisfação pulsional e sua frustração pelo ordenamento social. A mesma base parece se encontrar nos prolongamentos da reflexão sobre indivíduo e sociedade na psicanálise, seja em Lacan (ver 1938/2002), seja na discussão sobre as subjetividades e os novos sintomas no mundo contemporâneo, feita a partir de Jaques-Alain Miller (199X). Não há, assim, uma reflexão psicanalítica que não se apoie numa reflexão sobre o universo social e sobre suas transformações. O sofrimento decorre, contraditoriamente, da resposta fundamental que o ser humano dá a seu desamparo: a relação com o outro e sua inserção numa coletividade, que, simultaneamente, o torna humano, mas, por outro, dele exige a renúncia a uma impossível plena satisfação pulsional e a ele não fornece um sistema lógico capaz de fazer face ao Real.

Laço social

A noção de laço social parece consistir o elemento central da reflexão psicanalítica sobre as relações entre o indivíduo e a sociedade. A inserção de cada um à coletividade dos homens se faz – movido pela busca de resposta ao desamparo e pelas vicissitudes da pulsão – pela identificação a um ideal (uma identificação “vertical”) e pelos outros que compartilham essa mesma identificação ao ideal (uma identificação “horizontal”). O preço a pagar por essa inserção numa coletividade é, porém, a aceitação das interdições que buscam tornar possível o tecido social, na forma de uma renúncia a uma satisfação pulsional ilimitada.

A síntese que faço da utilização da noção de laço social pela psicanálise é com certeza simplificadora. Recorre-se a ela para refletir sobre o processo de hominização em sua filogênese e sua ontogênese, mas também sobre as diferentes identificações a grupos (e grupos mais ou menos “estáveis”) ao longo da vida de um indivíduo. Desenvolvida desde as primeiras décadas do século XX, essa utilização se faz associada a conceitos que, a partir de então, foram ganhando diferentes significados, como “cultura”, “civilização”, “nação”, “grupo”, “sociedade”. É manejada, por fim, ora para a apreensão da própria estruturação psíquica de um indivíduo, ora para avaliar as soluções ou arranjos que encontra, no processo de análise, para seu mal-estar ou para seus impasses, ora – de um modo mais abstrato – para realizar uma reflexão sobre as condições de possibilidade, num determinado momento de uma sociedade, para a realização de um liame social, a fim de dar inteligibilidade a novos sintomas que se fazem presentes na clínica psicanalítica. Essa utilização multifacetada da noção exigiria – para uma reflexão mais sistemática e proveitosa de seu uso – uma melhor delimitação dos contextos e das finalidades com que a ela se recorre.

Também com certeza, a noção – embora central na reflexão sociológica da psicanálise – se dá articulada a diferentes correntes de pensamento sobre o mundo social, assentadas na antropologia (é conhecida, por exemplo, a dívida de Lacan para com o pensamento de Lévi-Strauss e Malinowsky), na sociologia e na filosofia (no ensino do ISMP-MG, utiliza-se recorrentemente o trabalho de Bauman e o de Giddens, por exemplo, e de filósofos interessados na “pós-” e na “hipermodernidade”). Para a noção de laço social, entretanto, a referência fundamental – mantida, porém, na experiência de formação que venho vivendo, quase sempre implícita – é a sociologia de Émile Durkheim.

Tal como o sociólogo francês formula o conceito de laço social, é muito clara a relação de dimensões desse conceito com seu uso na psicanálise. Numa época em que as sociedades

européias viviam o forte impacto de transformações demográficas, econômicas e sociais, Durkheim e muitos de seus contemporâneos tinham sua atenção voltada para o que poderia manter uma sociedade coesa. Haveria um conjunto de valores (dentre eles a própria coesão e organicidade do corpo social) que se sobreporiam aos interesses individuais e cuja aceitação possibilitaria o laço social ou a integração de cada um a esse corpo. Embora a coerção seja, para o sociólogo, uma característica de qualquer fato social, bastaria, para a integração do indivíduo a uma coletividade, “fazer-lhe tomar consciência de seu estado de dependência e de inferioridade naturais [em relação à autoridade moral da coletividade], quer por uma representação sensível e simbólica, por meio da religião, quer por uma noção adequada e definida, pela ciência” (DURKHEIM, 1895/2005). Fenômenos como o suicídio decorreriam justamente, dentre outros fatores, do abrandamento da autoridade moral do corpo social – de seus ideais, portanto –, e da conseqüente afirmação do “egoísmo” ou de um fortalecimento do individualismo.

Seria necessário analisar as (muitas) diferenças que cercam o uso da noção de laço social na psicanálise e na sociologia, mas parece-me que sua utilização procede dos mesmos movimentos: o indivíduo isolado encontra-se num estado de desamparo ou de inferioridade; sua identificação a um conjunto de ideais positivos é uma resposta a esse estado inicial e o meio pelo qual ele se integra a um grupo ou coletividade capaz, simultaneamente, de constituí-lo como humano e membro de uma ordem simbólica que o transcende e o torna capaz de realizações. O preço a pagar por essa integração é um sacrifício ou uma interdição: de satisfazer seus interesses individuais ou o pleno exercício de sua satisfação pulsional.

Laço social e dominação social

Se, em suas origens, a sociologia se interessou pela inserção ou pela integração (sempre tomadas como positivas) a um grupo que necessita manter sua coesão, seus interesses, progressivamente, se dirigiram para os fenômenos da estruturação da sociedade e pelo modo como essa estruturação se realiza por meio de lutas entre distintos grupos pelo poder e pela dominação (seja pelas formas explícitas de violência e exclusão, seja por suas formas “doces”, “brandas” ou simbólicas, nesse último caso retomando a busca de apreensão dos mecanismos por meio dos quais – tendo em vista os limites, como defende Rousseau, do uso da força e da coerção – busca-se transformar “a obediência em dever”).

Mais recentemente, entretanto, como demonstra o sociólogo Alain Corcuff (2005), assiste-se, no campo da sociologia, a uma retomada da atenção ao tema do laço social. Essa retomada se faz concomitantemente (como se deu na época de Durkheim) à percepção de diferentes formas de fragmentação de uma sociedade que, sob o ponto de vista daqueles a ela bem integrados e ocupantes de posições dominantes, deveria ter como destino uma unificação progressiva: dessa “fragmentação” dão mostras o forte ressurgimento, no interior de um processo de globalização, dos nacionalismos e dos fundamentalismos, assim como das reivindicações – em oposição a ideais e políticas universais – de grupos relativamente estáveis, organizados em torno dos imperativos do individualismo e das invenções de si, de estilos de vida e de sub-culturas (como no caso das tribos urbanas), assim como de reivindicações (violentas ou não) de visibilidade, de participação em esferas de deliberação e de direitos por grupos sociais estigmatizados, seja em função de uma posição social dominada ou marcada

pela exclusão, da raça ou etnia, do gênero e das práticas sexuais. Não é sem razão que sociólogos, portanto, vão dedicar estudos à transmissão cultural e às estratégias de reprodução de grupos sociais no quadro desses novos fenômenos, às transformações na família contemporânea no quadro do crescimento do individualismo, às diferentes tribos geracionais, a processos de socialização de indivíduos marginalizados, a sua integração a grupos de iguais e a suas lutas para estabelecer laços com o espaço social mais amplo. A pergunta que me parece central, tal como formulada por diferentes correntes sociológicas, é como esses laços sociais “locais”, baseados em identificações particulares, podem se articular a um ideal (ou a conjunto de ideais) para todos.

O recurso à noção de laço social traz, no contexto psicanalítico ou sociológico, um conjunto de possibilidades. Em muitas sociedades que vivem mais agudamente uma pluralização das identificações e a existência de um enxame de significantes mestres, as transmissões culturais e a própria reprodução social estão ameaçadas e implicam uma forte carga de violência e de sofrimento social. Apesar disso, o uso da noção pode ser mais produtivo se se examinam mais detidamente pressupostos que em geral se associam a ela.

Allain Corcuff (2005) chama a atenção para alguns desses pressupostos. Dentre eles, dois me parecem mais importantes. O primeiro diz respeito à atribuição de um valor em si positivo ao laço social, que se torna um equivalente a uma “integração” a uma estrutura social muitas vezes naturalizada e que não é posta, ela mesma, em questão. Quando se ocorre um questionamento a essa estrutura, ele é visto, de modo correlato, como algo que ameaçaria e fragilizaria a harmonia de seu funcionamento. O segundo diz respeito a uma tendência de tomar o laço social predominantemente em sua relação com uma suposta homogeneidade do tecido social, a partir de uma abordagem macrossociológica, que deixa em segundo plano as diferentes esferas (mais ou menos duráveis, mais ou menos estruturadas) e os percursos dos indivíduos nesses distintos espaços. Esses percursos podem ser caracterizados por liames (em geral múltiplos e muitas vezes contraditórios) com base em significantes múltiplos em torno dos quais se organizam as identificações e que são sujeitos a “desinserções”, novas inserções e “reinscrições”. Os dois pressupostos terminam por deixar em segundo plano um tema caro à sociologia. Estando os espaços sociais (seja em escala societária ou macrossociológica, seja na escala das esferas ou configurações relativamente autônomas do campo social mais amplo) organizados em torno de uma distribuição desigual de poder (econômico e simbólico), o emprego da noção de laço social – sem o exame dos pressupostos que a ela se associam – pode deixar de lado o fato da *opressão social* (i) que tende a condicionar estratégias próprias a diferentes posições sociais para a inserção social, (ii) que, muitas vezes, impede, pelo *estigma* e pela pura *exclusão*, essa inserção, ou (iii) que pode ter como resposta uma *recusa* aos ideais identificatórios oferecidos, seja na forma de uma renúncia à participação num jogo social injusto, seja na forma de uma luta pela criação de ideais mais conformes aos interesses condicionados por uma posição social subalterna.

Na leitura e na frequência a uma instituição psicanalítica (muito iniciais, sem apoio da clínica e tensionadas por minha formação prévia, insisto), eu fico com uma impressão básica. Para ultrapassar dilemas da pesquisa sociológica, desde sua origem marcada por oposições entre objetivismo e subjetivismo, o coletivo e o individual, a psicanálise parece fornecer direções valiosas, seja para abordar a motivação humana na sociedade, seja para compreender como as

estruturas sociais são internalizadas pelos indivíduos. Para isso, entretanto, penso que, parafraseando Lacan, seria interessante explorar – com a radicalidade que é própria da psicanálise – um saber fazer com as relações entre posição na estrutura social, condições objetivas de laço social e posicionamento subjetivo em relação a essas duas dimensões objetivas da vida humana. Isso levaria a uma exploração dos efeitos da precariedade social (e da necessidade econômica negativa das posições sociais dominantes) na construção das subjetividades. Levaria também a um exame das (im-)possibilidades de estabelecimento do laço social (por aqueles que vivem a precariedade social ou por aqueles que vivem em condição de exceção, fruto da necessidade econômica negativa). Levaria, por fim, a questionar, de modo mais incisivo, os próprios ideais identificatórios oferecidos por uma sociedade, grupo ou comunidade, num determinado momento de sua história: as tendências agressivas e a violência dos indivíduos, que ameaçam a “civilização”, são institucionalizadas pela própria “civilização”, na forma de arbitrários que encontram sua razão de ser não na sua relação com a verdade, mas nas necessidades sociológicas decorrentes de relações de força entre grupos sociais e de um conteúdo mortífero no próprio plano do Simbólico.